

OS POVOS DA FLORESTA, OS IMIGRANTES E OS MODELOS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL: IMPACTOS E ALTERNATIVAS*

Dora Rodrigues Hees**

Os principais problemas sociais que vêm ocorrendo na Amazônia brasileira, concomitantemente a um acentuado processo de degradação do meio natural, são decorrentes do confronto entre duas formas de organização do espaço: a "tradicional" e a "moderna".

A forma "tradicional" de ocupação da Amazônia, na qual os diferentes grupos sociais vivem em estreita relação com a natureza, praticando o extrativismo da borracha, a coleta da castanha, a caça e a pesca tem se revelado capaz de manter o equilíbrio ecológico. Já o modelo de ocupação "moderno" difere do anterior, tanto na sua relação com a terra, na medida em que prevalece a especulação fundiária, quanto aos processos de produção que têm na exploração maciça dos recursos naturais (madeiras e minérios) um dos seus principais objetivos.

Esse novo modelo de ocupação territorial que vem sendo adotado na Amazônia Legal, nos últimos 20 anos, é responsável pelo quadro de desordem ecológica que vive a re-

gião, atualmente. Consolidado no período dos governos militares, tinha como cerne a preocupação com a segurança nacional e pensava a Amazônia como um grande espaço "vazio" que precisava ser ocupado. De acordo com essa nova estratégia, abria-se a Amazônia às aplicações de capital nacional e estrangeiro. Nesse contexto, foram extintos os organismos de proteção à borracha, como o Banco da Borracha e a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA - e criadas a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Através da SUFRAMA estimulou-se, a implantação de empreendimentos industriais em Manaus e, através da SUDAM, incentivou-se a criação de empreendimentos agropecuários e agroindustriais em toda a extensão da Amazônia Legal. A instalação desses empreendimentos propiciava aos empresários enormes vantagens financeiras que foram a concessão de incentivos fiscais e creditícios.

* Recebido para publicação em 19 de outubro de 1990.

As considerações efetuadas pela autora sobre este tema referem-se à sua participação como debatedora em mesa redonda do FOREST 90 - Primeiro Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em Florestas Tropicais Úmidas -, no período de 7 a 13 de outubro de 1990, em Manaus (Amazonas).

** Geógrafa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do Departamento de Geografia - DEGEO.

Ao mesmo tempo, o governo passou a dotar a região de grandes obras de infra-estrutura viária e energética, financiadas, em boa parte, por organismos internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, numa estratégia de atrair capitais privados estrangeiros para promover o desenvolvimento capitalista na Amazônia. Nesse quadro em que se estabelece a ligação rodoviária da Amazônia com o restante do País e se estimulam amplamente as aplicações de capital, nessa região, desencadeia-se uma série de transformações no seu espaço regional. Foram criadas, assim, condições, não só para a chegada de investidores, provenientes sobretudo das áreas mais capitalizadas do Brasil, como também para o deslocamento, em direção à Amazônia, de um forte contingente de migrantes, oriundos de diferentes áreas do território brasileiro.

Tornava-se necessário atrair mão-de-obra para os novos empreendimentos que se implantavam na região e a criação de projetos de colonização, pelo INCRA, se constituiu num poderoso artifício. Através de maciça propaganda no Centro-sul, dirigiram-se, a partir de 1970, em direção a essa nova fronteira agrícola, milhares de migrantes. Ao longo da década de 70, deslocaram-se para a Região Norte cerca de 1 187 475 migrantes¹.

Como esses projetos de colonização se caracterizaram pela falta de infra-estrutura e de condições capazes de fixar o homem à terra, o resultado foi um elevado índice de abandono dos lotes, gerando uma reaglutinação fundiária. Sabe-se que na Amazônia a porcentagem dos colonos assentados inicialmente que ainda permanecem nos lotes é muito reduzida, e que estes, em geral, não mantêm mais a mesma dimensão. Nesse sentido, a colonização serviu para a formação de um contingente de mão-de-obra disponível para os novos empreendimentos que se instalavam.

Na realidade, essa política, além de se constituir numa estratégia para atrair mão-de-obra, visava, ainda, a outros objetivos. De um lado, era uma forma de não realizar a Reforma Agrária em regiões de tensão social e estrutura fundiária concentrada, como o Nordeste, ou onde o grau de pressão sobre a terra é muito elevado, como no Sul. De outro lado, era uma tentativa de aplacar os conflitos sociais no próprio local onde se

davam, como foi o caso, por exemplo, de projetos de colonização do Acre, criados em áreas de seringais, onde a sua transformação em fazendas de gado e a expulsão de seringueiros tinham dado origem a conflitos sociais. Esta situação vale a pena ser exemplificada para mostrar a falta de planejamento e a inadequação que prevaleceu na maioria dos projetos de colonização da Amazônia nos anos 70. Implantar colônias em áreas de antigos seringais significa transformar seringueiros em colonos, de um momento para o outro, o que vem contrariar a experiência que o seringueiro tem acumulada, totalmente distinta da tradição do agricultor. Além disso, sua prática enquanto lavrador resume-se apenas na realização de pequenos roçados de subsistência, em áreas, em geral, de até 2 ha. O seringueiro manifesta bem essa sua dificuldade em ser transformado em colono, dizendo, simplesmente, que ele não sabe trabalhar no sol, porque está acostumado a trabalhar na sombra.

Ocorre ainda que, por falta de estradas e de condições de apoio à produção, esses colonos, ex-seringueiros, em áreas de antigos seringais, voltam à extração da borracha na parte de mata que resta em seus lotes. Porém, a forma dos lotes não é compatível com a área ocupada pelas estradas de seringa, o que torna impossível ao seringueiro garantir sua sobrevivência através dessa atividade. Observa-se, ainda, que os colonos migrantes do Sul, apesar de sua tradição agrícola, pela falta de condições de comercializar a produção, passam, também, a extrair a borracha, o que provoca sérios danos às seringueiras, uma vez que estes não detêm o conhecimento dessa técnica.

A colonização costuma ser apontada como uma das causas da destruição do ecossistema amazônico, uma vez que os colonos necessitam fazer derrubadas para poderem realizar seus roçados de subsistência. Entretanto, até por falta de recursos, esses pequenos produtores não têm condições de efetuarem grandes desmatamentos. Esse problema é sério, no entanto, no caso dos projetos agropecuários onde os desmatamentos constituem, muitas vezes, um artifício utilizado, pelos proprietários, para garantir a posse da terra, obter sua regularização, impedir invasões de terra e, até mesmo, evitar a possibilidade de Reforma Agrária.

A questão da concessão de incentivos fiscais e creditícios à implantação de projetos agropecuários na Amazônia, isto é, o estímulo

¹ IBGE, Censo Demográfico, vol. 1, tomo 4, nº 1, 1980.

lo institucional à devastação, tem sido amplamente discutida e criticada. Muitas análises têm sido feitas sobre o que essa política tem representado em termos de devastação da Floresta Amazônica, concentração da terra, invasão de áreas indígenas, expulsão de índios e populações extrativistas, acarretando, em conseqüência, uma degradação de suas condições de vida e o aumento dos conflitos sociais.

Seria oportuno, para o aprofundamento dessa questão, apresentar alguns resultados de pesquisas que mostram a irracionalidade da política de incentivo à pecuária na Amazônia, sobretudo da forma como ela foi concebida e adotada.

Em recente estudo, Clando Yokomiso² analisa o desempenho dos projetos agropecuários implantados através dos incentivos fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - que se destinava a apoiar as empresas que viessem a se instalar na área da Amazônia Legal. O autor se deteve na avaliação dos resultados dos projetos agropecuários, em função "de sua predominância no conjunto dos projetos aprovados (58%); do elevado montante de recursos públicos transferido a uma parcela restrita do empresariado privado; e, principalmente, da alta capacidade de alteração do meio ambiente, especialmente da rica cobertura vegetal amazônica"³.

Dos 766 projetos agropecuários aprovados, de 1966 a 1988, 115 (15%) foram considerados implantados, 63 (8%) foram cancelados e 33 (4%) não chegaram a ser iniciados e, por isso, caducaram. A maior parte desses projetos, 556 (73%), permanece, ainda, em fase de implantação, por períodos que variam de dez a 20 anos.

Por sua vez, os projetos implantados mostraram-se extremamente ineficazes. De um total de 90 projetos agropecuários e dois agroindustriais, do conjunto considerado implantado, objeto da pesquisa realizada por Yokomiso, apenas três apresentaram rentabilidade.

A improdutividade econômica da pecuária na Amazônia foi demonstrada, ainda, pelo pesquisador Christopher Uhl⁴ ao analisar

os fatores responsáveis pela desordem ecológica na Amazônia. Uhl compara a produtividade da pecuária com a do extrativismo da castanha-do-brasil, em pesquisa realizada no sul do Pará. Segundo esse autor, nessa área há uma ocorrência de duas a quatro castanheiras, por hectare, que produzem 20 kg de castanha. A pecuária, em 1 hectare de pastagem, produz o mesmo volume, ou seja, 20 kg de carne. Há, no entanto, uma diferença fundamental entre essas duas atividades, pois, enquanto a floresta poderá manter essa mesma produção, sem nenhum custo de manejo, além de fornecer outros produtos nativos, a pastagem apresentará produtividade por um período de apenas dez anos, além de exigir elevados custos de manutenção.

Outra pesquisa que corrobora esse aspecto foi desenvolvida no Acre, por Suzan Hecht e Steve Schwartzmann⁵, na qual foram quantificados os custos e benefícios da criação de gado, da agricultura e do extrativismo, levando em conta o custo da recuperação ambiental local, tomando-se como indicador apenas o custo da recuperação do solo, excluindo efeitos globais como os causados pelas queimadas ou perda de germoplasma.

Sem considerar o custo de recuperação do solo, analisando-se um projeto de 15 anos, a comparação entre as três atividades mostra que o extrativismo dá lucros médios anuais cinco vezes maiores do que os da agricultura e 15 vezes maiores do que os da pecuária. Introduzindo-se os custos de recuperação dos solos, para que a terra possa novamente passar a produzir, tem-se, em 20 anos, resultados negativos (de US\$ 28.000 a US\$ 55.000 para a agricultura e de US\$ 60.000 a US\$ 100.000 para a pecuária). Os únicos resultados positivos (entre US\$ 30.460 e US\$ 50.000) são os do extrativismo vegetal, dada a ausência de custos de recuperação, em função da reposição natural dos recursos extraídos.

Essas pesquisas vêm comprovar, portanto, a ineficácia da política de estímulo à agropecuária para a Amazônia, após 20 anos de sua vigência. O que se pode constatar é que a pecuária tem se mostrado improdutiva economicamente e inadequada às características ambientais da região.

Ainda com relação aos impactos do novo modelo de ocupação territorial para a

² Clando Yokomiso. "Incentivos financeiros e fiscais na Amazônia: fatos, problemas e solução". Contribuição ao simpósio "Amazônia, facts, problems and solutions", organizado pela Universidade de São Paulo e Instituto de Pesquisas Especiais, Brasília, 1989, mimeo.

³ Idem, *ibidem*, p. 27 e 28.

⁴ Christopher Uhl. "Projeto Amazônia e desordem ecológica". Trabalho apresentado no II Seminário Amazônia e Desordem Ecológica, realizado no Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, agosto de 1988, mimeo.

⁵ Suzan Hecht e Steve Schwartzmann. "The Good, the Bad and the Ugly: Amazonian Extraction, Colonist Agriculture and Livestock in Comparative Perspective", 1988, ms. p. 19-20.

Amazônia, seria oportuno exemplificar através da situação de uma área (leste do Acre, oeste de Rondônia e sudeste do Amazonas) onde, há três anos, um grupo de técnicos do IBGE, do qual participei, esteve realizando levantamentos para o Projeto PMACI⁶. Este projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas tinha o objetivo de realizar um diagnóstico ambiental, na área de influência direta e indireta da BR-364 (trecho Porto Velho-Rio Branco), a fim de avaliar os impactos que o asfaltamento desse trecho da rodovia causaria à região.

No contato estabelecido com essa área, pôde-se constatar diversos problemas decorrentes do impacto das transformações que nela se desencadearam, sobretudo a partir da década de 70. Principalmente no Acre, a desativação dos seringais e a sua venda a grupos econômicos, empresários e particulares, para a implantação da pecuária, levaram, de imediato, à expulsão de milhares de seringueiros de suas "colocações" (unidade de produção dos seringueiros), num processo em que foi grande o emprego da violência. A expulsão dos seringueiros representava aos novos "donos das terras" não só a garantia dos domínios da propriedade, mas, também, significava o aumento da liquidez, importante para realizar a especulação da terra, objetivo da maior parte dos investidores que se dirigiam a essa área.

Os seringueiros, no início dessas transformações, não sabiam como lidar com essa nova situação e, por não estarem organizados, não tinham condições de resistir à sua expulsão e, menos ainda, de tentar impedir a destruição da mata que presenciavam. Da mesma forma, os índios, ao serem desrespeitados em seus direitos e ao se debilitarem como povos, tinham reduzidas suas condições de manter a proteção da Amazônia.

A partir do momento em que seringueiros e índios passam a se organizar, eles voltam a ser os principais protagonistas da defesa do ambiente amazônico. Os seringueiros, a partir da sua organização sindical, em meados da década de 70, passam a desenvolver formas de resistência aos desmatamentos e ao avanço das fazendas de gado. Iniciaram-se, assim, os chamados *empates*, que constituem ações pacíficas, das quais participam os seringueiros e suas famílias, que se colocam à frente dos tratores e

moto-serras, como forma de impedir os desmatamentos pelos peões. Segundo relato de Chico Mendes, dos 45 empates já realizados de 1976 a 1988, 15 foram vitoriosos e garantiram a preservação de aproximadamente 1 200 000 ha de floresta⁷.

Mais recentemente, novas estratégias de luta surgiram e, em maio de 1989, pela primeira vez no Acre, um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA - foi julgado em audiência pública e, dessa forma, impediu-se a derrubada de 5 000 ha de floresta, numa propriedade onde já havia sido desmatada superfície equivalente a essa.

Não obstante os movimentos de resistência dos seringueiros, a transformação de seringais em fazendas de gado no Acre provocou intenso êxodo rural que se caracterizou por movimentos de dois tipos: em direção às periferias urbanas da região e em direção aos seringais da Bolívia e do Peru. Os dados sobre o contingente de seringueiros que deixou o Brasil e continua exercendo a atividade extrativa, nesses países, não são conhecidos. Estima-se que na Bolívia, onde se encontra o maior contingente de seringueiros nessas condições, vivam de 15 000 famílias a 50 000 pessoas, em situação de clandestinidade.

Pesquisa realizada pela geógrafa Olga Becker⁸, para o diagnóstico do PMACI, junto aos habitantes das periferias de Rio Branco e Porto Velho, revelou informações importantes que expressam situações diferenciadas, em termos migratórios, no Acre e em Rondônia.

Assim, para Rio Branco, o fluxo de migrantes em direção à sua periferia teve início desde o final dos anos 60 e alcançou maior volume na década de 70; a origem dos migrantes revelou-se predominantemente intra-estadual (58%) e, em grande parte, rural.

Já Porto Velho apresentou crescimento populacional significativo de sua periferia, na década de 80, registrando-se uma intensificação no período pós-85, sendo a procedência dos migrantes, fundamentalmente, extra-estadual (87%).

Esses dados revelam, então, que a periferia de Porto Velho vem sendo ampliada mais recentemente do que a de Rio Branco, recebendo populações procedentes de projetos de colonização da BR-364, evidenciando seu

6 PMACI I, Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - Diagnóstico Geoambiental e Sócio-Econômico. IBGE/IPEA, Rio de Janeiro, 1990.

7 Informações fornecidas pelo líder seringueiro Chico Mendes (Acre) à autora, em 1988.

8 Ver PMACI I, op. cit., pp. 75/76, onde Olga Becker analisa os dados sobre as 382 famílias entrevistadas nas periferias de Porto Velho e Rio Branco.

fracasso quanto ao propósito de fixação do homem à terra que deveria ser seu objetivo final.

Rio Branco expressa, no crescimento de sua periferia, a desativação dos seringais e a implantação da pecuária que é sabidamente pouco absorvedora de mão-de-obra.

Apesar dos desmatamentos, convém observar que o extrativismo vegetal na Amazônia possui, ainda, uma grande importância, em termos sociais e econômicos, tanto que, no Acre, além de ser a atividade que absorve maior contingente de pessoal ocupado no setor primário (46,69%), é também a mais expressiva em termos de valor da produção (38,62%) e a que contribuía, em 1987, com maior porcentagem de ICM⁹. A produção da borracha e da castanha gerava, nesse ano, 86,84% de ICM do setor primário, 73,66% provenientes da borracha e 13,18% relativos à castanha¹⁰. Além desses aspectos, em termos do impacto sobre o meio ambiente, constatou-se que a essa atividade estava associada, naquele mesmo ano, uma área antrópica de 11,41%, em relação à área total de ação antrópica do Estado do Acre, correspondentes às sedes de "colocações" de seringueiros e aos seus roçados de subsistência. Já a pecuária, que contribuía apenas com 5,82% do ICM do setor primário, causava um antropismo de 55,19%, em relação à área total de ação antrópica do Acre, relativa às pastagens¹¹.

Como se pode constatar, o atual modelo de "desenvolvimento" proposto para a Amazônia é predatório do ponto de vista ecológico e excludente em termos sociais. Porém, é possível se pensar em outros modelos de desenvolvimento, no próprio âmbito do regime capitalista, nos quais a questão ambiental seja tratada de forma diferente.

Converge, nesse sentido, a proposta de criação de Reservas Extrativistas, que consiste na desapropriação de áreas de potencial extrativista, com a concessão real de uso às populações que vivem dessa atividade ou que dela venham a se ocupar - por um prazo não inferior a 30 anos - como uma forma de impedir o avanço dos desmatamentos e, ao mesmo tempo, possibilitar uma ex-

ploração não predatória dos recursos naturais, assegurando a permanência dos extrativistas na floresta. É importante ressaltar que a concessão real de uso será conferida somente a associações de produtores e não a indivíduos isoladamente, configurando, assim, um quadro de explorações em unidades familiares de produção ("colocações") numa área de propriedade da União. O direito à utilização da terra, e não à propriedade privada, tem a vantagem de impedir a especulação e venda de terras que poderiam ocorrer por ocasião da valorização de determinadas áreas.

Esta proposta, formulada em 1985 pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, é defendida, também, pela União das Nações Indígenas (UNI). Através da Aliança dos Povos da Floresta, unem-se segmentos sociais da Amazônia, antagônicos no passado - os seringueiros eram instados, pelos seringalistas, a invadirem áreas indígenas em busca de seringueiras - mas que hoje se unem para lutar contra um inimigo comum, as formas predatórias de utilização dos recursos naturais. Os índios e os seringueiros, ao formarem uma aliança, perceberam que o que está em jogo é a sua sobrevivência e que esta depende da preservação da floresta. É importante ressaltar esta dimensão da luta dos povos da floresta que identificam a preservação da natureza com a preservação da vida. A floresta é vida e meio de vida.

Os índios, ao serem expulsos de suas terras, morrem enquanto povo. Da mesma forma, os seringueiros, ao serem expulsos de suas "colocações" e passarem a habitar periferias urbanas, perdem sua identidade e sofrem um processo de degradação de suas condições de vida.

A proposta das Reservas Extrativistas, além de garantir que determinadas áreas sejam destinadas ao extrativismo vegetal, supõe, também, o estabelecimento de medidas que tragam a melhoria das condições de vida das populações extrativistas. Como bem foi enfatizado pelos participantes da mesa redonda que defendem esta proposta, "a reserva extrativista não é o prolongamento da agonia dos seringais tradicionais, mas a passagem para um novo modelo de desenvolvimento regional"¹². Nesse sentido, ela não representa o atraso, mas novas conquistas sociais, na medida em que supõe o acesso-

⁹ Os dados, referentes ao Estado do Acre, sobre a porcentagem de pessoal ocupado no extrativismo vegetal, em relação ao total de pessoal ocupado na agropecuária, bem como o valor da produção extrativa vegetal, em relação ao valor da produção agropecuária, constam do Censo Agropecuário de 1985.

¹⁰ "Monitoramento da cobertura florestal do estado do Acre - desmatamento e uso atual da terra", Fundação Tecnologia do Estado do Acre, Rio Branco, 1980, p. 65.

¹¹ Idem, ibidem, p. 65.

¹² Antônio Alves (jornalista), Julio Barbosa de Aquino (Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros) e Jorge Viana (candidato ao Governo do Estado do Acre pela Frente Popular).

das populações extrativistas à saúde e à educação.

O atendimento médico e educacional aos seringueiros, no local onde residem, já teve início através do trabalho de monitores treinados para serem professores ou agentes de saúde, que devem ser pessoas da própria comunidade e por ela escolhidas. No vale do rio Acre, onde o movimento de organização dos seringueiros é mais forte, há 35 escolas criadas segundo essa proposta, sendo que 26 delas localizam-se no Município de Xapuri.

O conceito de Reserva Extrativista pressupõe, também, a melhoria do nível de renda das populações extrativistas, o que exige, inicialmente, o equacionamento do problema da comercialização, eliminando-se os atravessadores. A estes, os seringueiros vêem-se obrigados a vender sua produção, a preços muito baixos, e a comprar mercadorias para seu sustento, a preços exorbitantes. Nesse sentido, a criação de cooperativas de borracha e castanha apresenta-se como uma alternativa que já vem sendo colocada em prática. Em 1988 foi criada a primeira cooperativa de borracha do Acre, em Xapuri, e em 1989 foi criada a segunda, em Cruzeiro do Sul.

O estímulo à realização de pesquisas para o conhecimento do potencial econômico

da floresta e dos meios de utilizá-la, mantendo o equilíbrio ecológico, é outra reivindicação dos seringueiros. Sabe-se que, além da borracha e da castanha, existem outros recursos passíveis de exploração e comercialização (fibras, óleos, essências, temperos, resinas, plantas medicinais, frutos, etc.), cuja demanda vem sendo crescente no mercado nacional e internacional.

A proposta de criação de Reservas Extrativistas apresenta-se, portanto, como uma opção econômica viável de exploração da Floresta Amazônica sem causar sua destruição. A alternativa que se apresenta é a da exploração da floresta de forma a manter seu equilíbrio ecológico, com a melhoria das condições de vida das populações extrativistas, dando continuidade a uma atividade tradicional no norte do Brasil, que absorve significativo contingente do pessoal ocupado no setor primário dessa região.

Como se pode constatar, o modelo de ocupação territorial da Amazônia, apresentado como "moderno", pelo regime militar, nos anos 60, vem se mostrando inadequado às características ambientais da região, enquanto as formas de ocupação tradicionais, vistas como atrasadas, vêm demonstrando a sua modernidade, neste final de século, quando o grande desafio que se coloca, para a humanidade, é compatibilizar exploração econômica com preservação ambiental.

RESUMO

O presente artigo reúne comentários e observações efetuados pela autora, fruto de sua participação como debatedora no Seminário FOREST 90 (Manaus). A idéia central que a autora procura demonstrar é a de que os principais problemas sociais que vêm ocorrendo na Amazônia Brasileira, concomitantemente a um acentuado processo de degradação ambiental, são decorrentes do confronto entre duas formas de organização da produção: a "tradicional" e a "moderna". A forma "tradicional" representa uma ocupação e exploração econômica em equilíbrio com o ambiente. Já a forma "moderna" de ocupação da Amazônia, baseada na implantação de projetos agropecuários com incentivos governamentais, levando à substituição da mata por pastagens, tem se mostrado improdutivo, em termos econômicos, e totalmente inadequada às características ambientais da região. Esta afirmação baseia-se em resultados de pesquisas, citadas pela autora, que comprovam a ineficácia da política de estímulo à agropecuária para a Amazônia, após 20 anos de sua vigência.

Através dos resultados da pesquisa realizada, por técnicos do Departamento de Geografia do IBGE, no leste do Acre, oeste de Rondônia e sudeste do Amazonas (Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas - PMACI), são apontados os diversos problemas decorrentes desse novo modelo de ocupação para a Amazônia. A abertura dessa região às aplicações de capital nacional e estrangeiro, a construção de grandes eixos viários e a criação de projetos de colonização são os principais fatores responsáveis pela expulsão de produtores rurais, chegada à região de grandes contingentes migratórios, invasão de áreas indígenas e degradação ambiental.

No caso específico da área em estudo, o desmatamento para a implantação de fazendas de gado, levando à destruição de seringueis e castanhais, fonte de sobrevivência de milhares de produtores extrativistas, foi responsável por profundos problemas sociais, como a expulsão de seringueiros e migração

para as cidades da região - gerando o aumento do desemprego e da marginalidade - e para os seringueiros da Bolívia e do Peru, onde vivem em situação de clandestinidade.

Como alternativa a esse modelo predatório de ocupação da Amazônia, surge a proposta de criação de Reservas Extrativistas, defendida por seringueiros e índios. Tal proposta consiste na desapropriação de áreas de potencial extrativista, com a concessão real de uso às populações que vivem dessa atividade ou que dela venham a se ocupar - por um prazo não inferior a 30 anos - como uma forma de impedir os desmatamentos e, ao mesmo tempo, possibilitar uma exploração não predatória dos recursos naturais, assegurando a permanência dos extrativistas na floresta.

ABSTRACT

The present paper embodies observations and comments made by the author, as a result from her taking participation as a debater in the Seminary FOREST'90 (Manaus). The author aims to demonstrate - as central idea - that the main social problems in course in Brazilian Amazonia, besides an intense process of environment degradation just result from the confrontation between two forms of production organization, being such forms: the "traditional" one and the "modern" one. The "traditional" form represents occupation and economic exploitation in equilibrium with the environment. Though the "modern" occupation form of the Amazonia, based upon the implantation of agrarian/cattle raising projects with Government incentives leading to replacement of the original forest by cattle pasture has appeared improductive, in economic terms, and totally inadequate to the Region's environment characteristics. This assertion is supported upon research results, cited by the author, which confirm the inefficacy of such policy to the Amazonia, passed 20 years of its implantation.

Through results from research accomplished by technicians from the Department of Geography of IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics - (In the East of Acre State, West of Rondonia State and Southeast of Amazonas State (Project of Environment and Indian Communities Protection - PMAC)) it stands out the several problems generated by that new occupation pattern for the Amazonia. The opening of the region to applications of national and foreign capital, the construction of wide road systems and the creation of settlement projects happen to be the main responsible factors for the expulsion of rural producers, arrival to the region of big migratory contingents, invasion of Indian areas and environment degradation.

In the specific case of the area under study, deforestation for the implantation of cattle raising farms, leading to destruction of rubber-tree and Brazil nut tree areas, surviving mean of thousands of extractive producers, was responsible for significant social problems, such as the expulsion of rubber extractors and consequent migration to the cities - generating unemployment increase and misery - and to the rubber areas in Bolivia and Peru, where they use to live as clandestines.

As an alternative to this predatory occupation pattern in the Amazonia it comes up the proposition for the creation of Extractive Reserves, defended by rubber extractors and Indians. Such proposition consists in the expropriation of areas with extractive potential, with real use concession to the populations who live on this activity or eventually would join it - for not less than 30 years - as a way to stop deforestation and, at the same time, to make possible a non-predatory exploitation of natural resources, assuring the permanence of extractors in the forest.